



## Servidores da Cultura cobram abertura de diálogo com MGI e MinC

Mesmo com a publicação recente pelo Portal do Servidor de um "FAQ" com perguntas frequentes sobre alterações no Plano Especial de Cargos da Cultura - PEC-Cultura, a partir da aprovação da Lei nº 15.367, de 30 de março 2026, e a programação de atividades com reuniões de esclarecimento aos servidores, a Condsef/Fenadsef encaminhou um ofício nessa terça-feira, 12 de maio, às ministras Esther Dweck, do MGI (Ministério da Gestão e Inovação em Serviços Públicos) e Margareth Menezes, do MinC (Ministério da Cultura) solicitando abertura de diálogo com a categoria.

Foi destacada a necessidade essencial desse espaço de debate entre servidores e governo e reiterada a cobrança do funcionamento de uma mesa de negociação para discussão dos pontos pendentes da efetivação da carreira da Cultura, que tem o objetivo primordial de fortalecer os órgãos e políticas do setor.

Além das dúvidas que persistem entre os servidores sobre a nova Lei da Cultura, mesmo após divulgação do "FAQ" no Portal do Servidor, a categoria busca também informações de pendências sobre a greve de 2025.

No ofício, a Condsef/Fenadsef destaca que o não encaminhamento do termo de compensação da greve coloca em risco, administrativa e juridicamente, os servidores, na medida em que impede o registro da compen-

sação, que em muitos casos já foi realizada, não podendo ser lançada nos devidos sistemas de registro de atividades. A entidade ainda destaca que o fim da greve foi uma condicionante imposto pelo próprio governo para o prosseguimento das negociações e prontamente atendida pela categoria.

### Unidade e mobilização seguem sendo construídas

No último dia 7 de maio, servidores da Cultura realizaram uma reunião virtual para discutir os impactos da nova legislação sobre a estrutura de carreiras do setor e os desafios enfrentados pelos servidores diante das mudanças em andamento. O encontro reuniu cerca de 100 participantes, entre dirigentes sindicais e integrantes de associações da área.

A principal preocupação apresentada pelos servidores foi a falta de diálogo do Ministério da Cultura e do MGI sobre temas como transição de carreira, alterações administrativas e migração de servidores para a estrutura ATE/TPE. Segundo os servidores, a ausência de informações claras tem provocado insegurança, dúvidas e muita ansiedade.

Outro ponto debatido foi a preocupação com a fragmentação das carreiras dentro do setor cultural. Participantes defenderam a criação e fortalecimento de uma carreira própria da cultura, com estrutura e valo-

rização adequadas, em vez da transferência de servidores para carreiras vinculadas a outros ministérios.

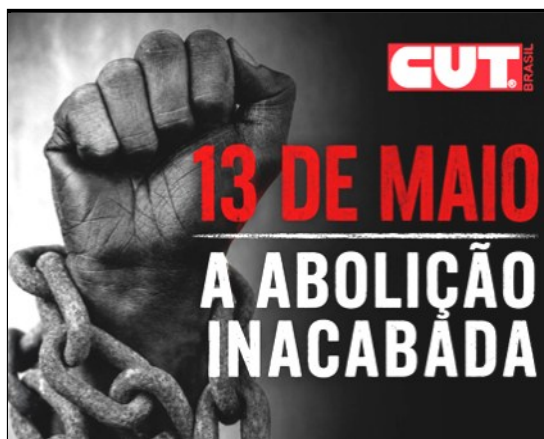
Também houve críticas à precariedade salarial enfrentada pelos trabalhadores da Cultura e à dependência de cargos comissionados como alternativa de complementação de renda. Segundo os relatos, a situação tem gerado desgaste e desvalorização profissional.

### Encontro nacional em junho

Condsef/Fenadsef, Asminc e representantes do SOS Cultura e Fórum da Cultura aprovaram uma série de encaminhamentos, entre eles o envio de ofício cobrando esclarecimentos sobre a migração de carreira e os prazos para opção dos servidores, além da realização de avaliação jurídica sobre os impactos das mudanças. Também foi deliberada a elaboração de um documento político em defesa da carreira da Cultura e o fortalecimento da mobilização junto aos servidores, parlamentares e à sociedade civil.

As entidades também definiram a realização de um novo encontro nacional da categoria entre os dias 1º e 5 de junho. A pauta prevista inclui a avaliação da luta dos servidores, a implementação efetiva da carreira da cultura, a organização do setor e a definição de novos encaminhamentos políticos e jurídicos.

Fonte: Cut.org.br



### ABOLIÇÃO INACABADA

## 13 de Maio reforça luta contra o racismo e por reparação

Para a CUT e movimentos negros, data marca uma abolição sem direitos e sem reparação, cujos efeitos ainda se refletem na desigualdade, na violência e na exclusão da população negra nos dias de hoje.

Matéria completa em [www.cut.org.br/noticias](http://www.cut.org.br/noticias)

## Em seminário histórico, CUT lança campanha permanente contra feminicídio

A violência contra a mulher não pode ser tratada como tragédia privada, fatalidade ou estatística. Ela é estrutural, política, atravessa o mundo do trabalho e exige resposta organizada do Estado e da sociedade. Com esse entendimento, a CUT lançou nesta quarta-feira (13) sua **Campanha Permanente de Combate ao Feminicídio – “Pela vida das mulheres, a luta é de todos”**, em um seminário histórico realizado na sede nacional da Central, em São Paulo, que também marcou a adesão formal da entidade ao Pacto Nacional Brasil contra o Feminicídio, do governo federal.

Com presença de mulheres e homens do movimento sindical de vários ramos, o seminário consolidou o compromisso político da maior central sindical da América Latina de transformar o combate à violência contra mulheres em ação permanente dos sindicatos, das campanhas salariais, dos locais de trabalho e da organização da classe trabalhadora. A proposta é fazer com que a luta contra o feminicídio deixe de ser um tema episódico e passe a integrar o cotidiano sindical por meio de formação, acolhimento, negociação coletiva e mobilização social.

Ao abrir o encontro, a secretária nacional da Mulher Trabalhadora da CUT, Amanda Corcino, ressaltou



que o feminicídio é resultado de uma estrutura de violência sustentada pelo machismo, pela desigualdade e pela omissão social.

“O feminicídio é a expressão extrema de uma estrutura histórica de desigualdade sustentada pelo machismo, pela omissão do Estado, pela naturalização da violência contra as mulheres no cotidiano”, afirmou. Segundo ela, a violência tem rosto social definido no Brasil, atingindo de maneira ainda mais brutal mulheres negras, periféricas, indígenas, trabalhadoras e pobres.

Amanda destacou ainda que a adesão da CUT ao pacto nacional não pode ser encarada como um gesto simbólico.

**Um compromisso histórico da CUT**

A assinatura do termo de adesão ao Pacto Nacional Brasil contra o Feminicídio foi apresentada como um momento histórico para a Central, reafirmando uma trajetória de décadas de organização das mulheres dentro da CUT. Em 2026, a entidade completa 40 anos de políticas voltadas às mulheres e igualdade de gênero, processo iniciado ainda no 2º Congresso Nacional da Central, em 1986.

A vice-presidenta da CUT, Juvandia Moreira, afirmou que a campanha permanente representa um chamado ao conjunto do movimento sindical — e especialmente aos homens — para assumir responsabilidade no enfrentamento à violência.

Fonte: [Cut.org.br/noticias](http://Cut.org.br/noticias)